

Lei Ordinária nº 1165/2001

Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima de Camapuã associado a ações sócioeducativas - " Bolsa-Escola" e dá outras providências.

MOYSÉS NERY, Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Publicada em 06 de junho de 2001

- **Art. 1º. -** Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima de Camapuã associada a ações sócio-educativas "Bolsa-Escola".
- § 1º. São beneficiárias do Programa Instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até R\$ 90,00 (noventa reais) mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com freqüência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.
- § 2º. Para fins do parágrafo anterior, considera-se:
- I família: a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;
- II para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e
- **III -** para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros .
- § 3º. O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda per capita fixado no § 1º, desde que atendidas as famílias compreendidas na faixa original.
- **Art. 2º. -** O Programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas de culturais em horário complementar ao das aulas.

- § 1º. O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atingimento dos objetivos do Programa.
- § 2º. As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.
- **Art. 3º. -** Fica o Poder Executivo autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação "Bolsa- Escola", instituído, pelo Governo Federal, assumindo, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes desta participação.
- **Parágrafo único. -** Compete à Secretaria Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima de Camapuã, com as seguintes competências:
- I acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do § 1º do art. 2º;
- II aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiárias do Programa;
- III aprovar os relatórios trimestrais de freqüência escolar das crianças beneficiárias;
- IV estimulara a participação comunitária no controle da execução do Programa no âmbito municipal;
- **V -** desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima "Bolsa-Escola";
- VI elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e
- **VII -** exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.
- § 1º. O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:
- a) Membros da Administração Municipal:
- 1 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- II 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- III 01 representante do Gabinete do Prefeito;
- **b) -** Membros das Entidades não-governamentais:
- 1 01 representante do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação -SIMTED;
- II 01 representante do Movimento Viva Camapuã (MOVICAM);
- III 01 representante de Associação de Pais e Mestres (APM).
- § 2º. A participação no Conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvada o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.
- § 3º. É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda documentação necessária ao exercício de suas competências.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 06 de junho 2001.

MOYSÉS NERY

Prefeito Municipal de Camapuã